

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Termo de Referência 85/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
85/2026	120623-GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS	VANESSA DOS SANTOS PINTO	11/06/2026 11:15 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	249/2026	a ser informado

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx)

TERMO DE REFERÊNCIA

- 1.1** Registro de preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de telas mosquiteiras sob medida, destinadas aos Hotéis de Trânsito do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), compreendendo medição, fabricação, transporte e instalação, conforme condições, especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.
- 1.2** O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento.
- 1.3** O objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo Contratual ou Instrumento Equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5** O instrumento contratual ou equivalente disciplinará de forma detalhada as condições de execução, prazos, responsabilidades e demais regras aplicáveis.
- 1.6** Em caso de divergência entre as especificações constantes neste Termo de Referência e aquelas inseridas no sistema Compras Governamentais (Comprasnet), prevalecerão as descrições constantes deste documento.
- 1.7** Eventuais inconsistências no sistema, tais como valores, descrição, CATMAT/CATSERV ou unidade de fornecimento, deverão ser dirimidas com base neste Termo de Referência.
- 1.8** Os serviços e materiais deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitidas divergências entre o objeto contratado e o executado.
- 1.9** A aceitação dos serviços estará condicionada à verificação, pela fiscalização da Administração, do atendimento integral às especificações, incluindo:
- 1.9.1** adequação das medidas;
 - 1.9.2** qualidade dos materiais;
 - 1.9.3** correta instalação; e
 - 1.9.4** eficiência na vedação contra insetos.

1.10 Os serviços ou materiais que apresentarem falhas, defeitos ou não conformidade deverão ser corrigidos ou substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido.

1.11 Em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por até 12 (doze) meses, desde que comprovada sua vantajosidade, o desempenho satisfatório da contratada e a disponibilidade orçamentária.

1.12 A prorrogação da Ata mostra-se conveniente para atender eventuais demandas complementares, substituições ou ampliações das instalações, garantindo continuidade, economicidade e eficiência administrativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Considerando que o objeto da contratação consiste no fornecimento e instalação de telas mosquiteiras, deverão ser observados os critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, compatíveis com a natureza dos materiais utilizados.

4.2 A empresa contratada deverá comprovar, quando aplicável e tecnicamente viável, que os materiais empregados atendem aos seguintes requisitos:

4.2.1 utilização de materiais duráveis e de longa vida útil, tais como fibra de vidro revestida ou alumínio, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

4.2.2 utilização de materiais atóxicos e que não apresentem riscos à saúde dos usuários;

4.2.3 utilização, sempre que possível, de componentes recicláveis ou com potencial de reciclagem ao final de sua vida útil;

4.2.4 resistência a intempéries (radiação solar, umidade e variações climáticas), evitando descarte prematuro e geração excessiva de resíduos;

4.2.5 ausência de substâncias perigosas em níveis superiores aos permitidos por normas ambientais aplicáveis;

4.2.6 vedação ao uso de substâncias que causem danos à camada de ozônio, conforme legislação vigente;

4.2.7 regularidade do fabricante junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), quando aplicável.

4.3 Quanto às embalagens e transporte:

- I – utilização de embalagens com o menor volume possível;
- II – preferência por materiais recicláveis ou reutilizáveis;
- III – garantia da integridade dos materiais durante o transporte.

4.4 Durante a execução contratual, a contratada deverá adotar práticas sustentáveis, incluindo:

4.4.1 redução de desperdícios;

4.4.2 destinação ambientalmente adequada de resíduos; e

4.4.3 uso racional de insumos.

4.5 A comprovação do atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ser realizada por meio de certificações, declarações do fabricante ou outros meios idôneos.

4.6 Os critérios de sustentabilidade serão exigidos de forma proporcional ao objeto, sem restringir indevidamente a competitividade.

Subcontratação

4.7 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista a necessidade de execução integrada das etapas de medição, fabricação e instalação.

4.8 Garantia da contratação

4.8.1 Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.8.2 A dispensa de garantia justifica-se pela baixa complexidade do objeto e reduzido risco de inadimplemento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, salvo disposição diversa neste Termo de Referência.

5.2 Caso a contratada não consiga cumprir o prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do término do prazo, apresentando as razões da impossibilidade, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

Local e condições de execução

5.3. Os serviços deverão ser executados nas dependências do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), incluindo os Hotéis de Trânsito (HTO, HTG e HTA), podendo envolver apoio logístico do Almoxarifado da SMI, situado no seguinte endereço:

Av. Marechal Fontenelle, nº 800 – Campo dos Afonsos
Rio de Janeiro/RJ – CEP: 21740-002

5.3.1 O acesso para execução dos serviços ocorrerá nos seguintes horários:

- Segunda a quinta-feira: das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30;
- Sexta-feira: das 08h00 às 11h30.

5.3.2 A execução deverá ser previamente agendada com a Administração, de modo a não interferir nas atividades das unidades.

Condições de recebimento

5.4. O objeto será recebido provisoriamente após a conclusão da instalação, para fins de verificação de conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

5.4.1 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação de:

- adequação das medidas;
- qualidade dos materiais;
- correta instalação e fixação;
- vedação eficaz contra insetos.

5.4.2 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com as especificações, devendo a contratada realizar os ajustes ou substituições no prazo definido pela Administração, sem ônus adicional.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia será aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo de garantia adicional oferecida pela contratada.

5.6 Durante o período de garantia, a contratada deverá, às suas expensas:

- corrigir defeitos de fabricação ou instalação;
- substituir componentes danificados;
- realizar ajustes necessários ao perfeito funcionamento das telas.

5.7 Os serviços de garantia deverão ser realizados no prazo máximo definido pela Administração, a contar da notificação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Execução Contratual e Fiscalização

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal por apostilamento.

6.3 As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser formalizadas por escrito, admitindo-se a utilização de meios eletrônicos oficiais.

6.4 A Administração poderá, a qualquer tempo, convocar representante da contratada para adoção de providências imediatas relacionadas à execução do objeto.

6.5 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento, com vistas à apresentação das condições de execução, cronograma, metodologia de instalação, mecanismos de fiscalização, obrigações contratuais e eventuais sanções aplicáveis.

Fiscalização

6.6 A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), ou seus substitutos, nos termos da legislação vigente.

Fiscalização Técnica

6.7 Compete ao fiscal técnico acompanhar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas, especialmente quanto a:

- I – realização das medições nos locais de instalação;
- II – qualidade e conformidade dos materiais utilizados;
- III – adequação das telas às dimensões dos vãos;
- IV – correta instalação, fixação e acabamento;
- V – eficiência da vedação contra insetos;
- VI – cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.8 O fiscal técnico deverá registrar, em sistema próprio ou documento equivalente, todas as ocorrências relacionadas à execução, indicando as providências necessárias à correção de falhas ou irregularidades.

6.9 Identificada qualquer inconformidade, deverá notificar a contratada para correção, fixando prazo razoável para saneamento.

6.10 Deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que ultrapassem sua competência ou que possam comprometer a execução do objeto.

Fiscalização Administrativa

6.11 Compete ao fiscal administrativo:

- I – verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- II – acompanhar os atos relacionados ao empenho, liquidação e pagamento;

- III – analisar eventuais glosas e registros administrativos;
- IV – verificar o cumprimento das obrigações contratuais.

6.12 Em caso de descumprimento contratual, deverá atuar tempestivamente, comunicando o gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis.

Rotinas de Fiscalização

6.13 No recebimento do objeto, deverão ser verificados:

- I – conformidade das telas com as especificações técnicas;
- II – adequação das dimensões;
- III – qualidade dos materiais empregados;
- IV – correta instalação e fixação;
- V – funcionamento adequado e vedação contra insetos.

6.14 Eventuais inconformidades deverão ser formalmente registradas, com determinação de correção ou substituição no prazo estabelecido pela Administração.

6.15 O ateste da nota fiscal ficará condicionado à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

Responsabilidade da contratada

6.16 A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do contrato, não implicando corresponsabilidade da Administração.

Gestor do Contrato

6.17 Compete ao gestor do contrato:

- I – coordenar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, mantendo registros atualizados;
- II – acompanhar as ocorrências registradas pelos fiscais e adotar as medidas necessárias;
- III – verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- IV – avaliar o desempenho da contratada quanto ao cumprimento das obrigações;
- V – adotar providências para instauração de processo administrativo sancionador, quando necessário;
- VI – elaborar relatório final sobre a execução contratual;
- VII – encaminhar a documentação necessária à liquidação e ao pagamento da despesa.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas

7.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo contratado, das seguintes condutas:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – ensejar o retardamento da execução do objeto sem motivo justificado;
- V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Sanções administrativas

7.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas as seguintes sanções, observada a natureza e gravidade da infração:

- I – Advertência, quando caracterizada inexecução parcial de menor gravidade;
- II – Impedimento de licitar e contratar, nas hipóteses previstas nos incisos II, III e IV do item 7.1, quando não se justificar penalidade mais grave;

III – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nas hipóteses previstas nos incisos V a VIII do item 7.1, bem como nos casos mais graves dos incisos II, III e IV.

Multas

7.3 Multa moratória

a) de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias, no caso de atraso na execução do objeto.

7.4 Multa por atraso na garantia

a) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, até o limite de 2% (dois por cento).

7.5 Multa compensatória

a) de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação, nas hipóteses de inexecução total;

b) de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento), nas hipóteses de inexecução parcial relevante;

c) de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento), para demais infrações contratuais.

7.6 A multa compensatória poderá substituir a multa moratória quando o atraso inviabilizar o aproveitamento do objeto pela Administração.

Inexecução parcial

7.7. Poderão ser enquadradas como inexecução parcial, entre outras:

- a) execução do objeto em desacordo com as especificações técnicas;
- b) utilização de materiais não aprovados ou fora do padrão exigido;
- c) instalação inadequada das telas, comprometendo sua funcionalidade;
- d) reincidência na entrega de serviços ou materiais com defeito;
- e) descumprimento de requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

7.8. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, assegurada a reparação integral dos danos causados à Administração.

7.9 Será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

7.10 A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.11 As notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico (e-mail cadastrado no SICAF ou informado na proposta), sendo de responsabilidade da contratada sua atualização.

Crítérios para aplicação das sanções

7.12. Na aplicação das penalidades serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – as circunstâncias do caso concreto;
- III – eventuais agravantes e atenuantes;
- IV – os danos causados à Administração;
- V – eventual programa de integridade da contratada.

7.13. As sanções também poderão ser aplicadas a atos tipificados como ilícitos na Lei nº 12.846/2013, quando cabível.

7.14 Poderá haver desconsideração da personalidade jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em casos de abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial.

7.15 As sanções aplicadas serão registradas no SICAF, CEIS e CNEP, conforme legislação vigente.

7.16 As penalidades de impedimento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, na forma da Lei nº 14.133/2021.

7.17 Os débitos decorrentes de multas poderão ser compensados com créditos da contratada junto à Administração, conforme normas vigentes.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação posterior de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente, após verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Nos casos de contratações de pequeno valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo para recebimento definitivo poderá ser reduzido para até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, segurança e conformidade dos bens fornecidos.

Liquidação

8.7. Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, o prazo para liquidação da despesa será de até 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8. O prazo de liquidação será reduzido à metade nas contratações de pequeno valor, conforme legislação vigente.

8.9. Para fins de liquidação, será verificada a regularidade formal da nota fiscal, incluindo:

- I. data de emissão;
- II. dados do contrato e do órgão;
- III. descrição dos bens fornecidos;
- IV. valor a pagar;
- V. eventuais retenções tributárias aplicáveis.

8.10. Havendo erro ou pendência na documentação, a liquidação ficará suspensa até sua regularização, sem ônus para a Administração.

8.11. A regularidade fiscal da contratada será verificada por meio do SICAF ou outros meios oficiais.

Pagamento

8.12. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

8.13. Em caso de atraso, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA.

8.14. O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta indicada pela contratada.

8.15. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.16. A contratada optante pelo Simples Nacional deverá apresentar comprovação de sua condição, quando aplicável, para fins de aplicação do regime tributário adequado.

Cessão de Crédito

8.17. A cessão de crédito dependerá de prévia anuência da Administração.

8.18. A eficácia da cessão fica condicionada à formalização por termo aditivo.

8.19. O cessionário deverá atender às condições de regularidade fiscal, trabalhista e impedimentos legais para contratar com a Administração Pública.

8.20. A cessão não altera a responsabilidade da contratada pela execução do objeto.

Reajuste

- 8.21.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado.
- 8.22.** Após esse período, os preços poderão ser reajustados pelo IPCA, mediante apostilamento, aplicável apenas às obrigações futuras.
- 8.23.** O reajuste poderá ser realizado por iniciativa da Administração ou da contratada.
- 8.24.** Na ausência de índice oficial aplicável, será adotado outro índice legalmente substituto.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, tendo em vista tratar-se de solução integrada que envolve fornecimento, fabricação sob medida e instalação, cujas etapas são interdependentes.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma **parcelada ou sob demanda**, conforme necessidade da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, quando aplicável.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de aceitabilidade dos preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários máximos: conforme planilha de composição de preços estimados constante do Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

9.32 . A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4o, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2o a 6o da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 51.308,19 (cinquenta e um mil, trezentos e oito reais e dezenove centavos), conforme levantamento de preços constante neste processo.

10.2 A estimativa foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada por meio do Banco de Preços, considerando contratações públicas similares, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/SEGES/2021 e a Lei nº 14.133/2021.

10.3 Para formação do valor estimado, foi adotado o método da média aritmética dos preços coletados, observando-se critérios de similaridade técnica, quantitativa e geográfica.

10.4 O valor estimado contempla a execução integral do objeto, incluindo:

- fabricação sob medida das telas;
- materiais empregados (fibra de vidro ou alumínio);
- transporte;
- instalação nos locais indicados.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(O fornecimento do objeto ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Administração, durante a vigência da contratação, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 quanto ao instrumento de formalização aplicável)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente a nota de empenho:

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada* ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do

Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

5.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.3. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.3.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.3.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.4.3. Indenizações e multas.

5.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVANDRO PRESOTTI

Chefe da Seção de Planejamento

MARLOS FELIPE DOS SANTOS

Ordenador de Despesas

ROSALINA APARECIDA ALVES MALAQUIAS

Chefe da Seção de Hospedagens e Encargos Especiais



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo I ao edital - Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	11/06/2026 14:20:34
Páginas do Documento:	15
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	16
Hash MD5:	966949e350bc94ad4850299b71d67db8
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major EVANDRO PRESOTTI no dia 11/06/2026 às 12:51:54 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento DANIELLE LOPES ROQUE no dia 12/06/2026 às 08:19:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int HORACIO FERNANDO PINTO no dia 15/06/2026 às 11:12:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 16/06/2026 às 09:42:21 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO